

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

**A TEMÁTICA INDÍGENA NO CONTEXTO ESCOLAR: ARTICULAÇÕES A
PARTIR DOS PRINCÍPIOS DO BUEN VIVIR¹**
**THE INDIGENOUS THEMATIC IN THE SCHOOL CONTEXT:
ARTICULATIONS FROM THE PRINCIPLES OF BUEN VIVIR**

Fabiane Da Silva Prestes², Paulo Evaldo Fensterseifer³

¹ Projeto de pesquisa PNPd/CAPES

² Doutora em Ciências pela Universidade do Vale do Taquari. Bolsista PNPd/CAPES do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências. Email: fabianeprestes@gmail.com

³ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: fenster@unijui.edu.br

Resumo

O presente estudo propõe reflexões sobre a temática indígena no contexto escolar. Parte-se dos avanços e desafios oriundos da entrada em vigor da Lei 11645/08. A seguir, dispõe-se sobre o reconhecimento dos saberes tradicionais indígenas, desde os tempos de Abya Yala, ou seja, antes da colonização, e como se perpetuou até sua positivação pelo neoconstitucionalismo e a incorporação do Buen Vivir, uma nova teoria fundamentada em antigas tradições. O objetivo desta pesquisa é propor a implementação da temática indígena no espaço escolar a partir dos princípios que fundamentam o Buen Vivir. Em termos metodológicos, o estudo é qualitativo e exploratório, os dados são construídos a partir de fontes bibliográficas, documentais, da observação participante e da pesquisa-ação. Por ser uma pesquisa em andamento, são apresentados e discutidos resultados parciais, os quais possibilitam compreender que o interesse pela temática indígena intensificou-se a partir da entrada em vigor da legislação, mas, em que pese, o aumento de pesquisas científicas, a aplicação no cotidiano escolar, ainda, é desafiadora.

Palavras-chave: Bem viver; currículo; formação de professores; temática indígena.

Abstract

The present study proposes reflections on the indigenous theme in the school context. Part of the advances and challenges arising from the entry into force of Law 11.645 / 08. This is followed by the recognition of indigenous traditional knowledge, from Abya Yala, that is, before colonization, and how it was perpetuated until its positivation by neo-constitutionalism and the incorporation of Buen Vivir, a new theory based on ancient traditions. The objective of this research is to propose the implementation of the indigenous theme in the school space based on the principles that underlie Buen Vivir. In methodological terms, the study is qualitative and exploratory, data are built from bibliographic sources, documentary, participant observation and action research. Because it is an ongoing research, partial results are presented and discussed, which allow us to

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

understand that interest in indigenous issues has intensified since the entry into force of the legislation, but despite the increase in scientific research, a challenge.

Keywords: Good Living; curriculum; teacher formation; indigenous theme.

1 INTRODUÇÃO

Antes da chegada dos conquistadores europeus, o continente americano era denominado por seus povos originários, como Abya Yala, que na língua Kuna significa terra madura, terra viva ou terra em florescimento. Esse território era povoado por diferentes povos indígenas, os quais possuíam seus costumes, cosmologias e visão de mundo. Assim, com a suposta descoberta da América, a América Latina em específico começa sua “história” com a introdução do cristianismo, e a admissão de idiomas como espanhol e português, como sinônimo de civilização e cultura (MAMANI, 2010).

Rompendo com este histórico colonialista, as tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano, além de apontarem alternativas ao desenvolvimento econômico, representam o reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos indígenas. No primeiro ciclo, deste Novo Constitucionalismo, entra em vigor a Constituição Federal do Brasil, que traz em seu bojo o reconhecimento dos indígenas como sujeitos de direitos. Seguindo esta perspectiva, a partir das reformas da Constituição do Equador (2008) e da Bolívia (2009), é introduzido efetivamente o Buen Vivir: modelo de vida oriundo das tradições ancestrais indígenas (ECUADOR, 2008).

Esta teoria, atualmente, é considerada uma das mais significativas correntes de reflexão da América Latina, pois propõe a prevalência da cultura da vida e a relação de interdependência entre os seres vivos pautada em valores fraternais, igualitários e justos. Ou seja, trata-se de um conjunto de valores que dão sentido a existência em plano individual ou coletivo, de modo que, constitui um paradigma a partir do qual o desenvolvimento deve orientar-se (ACOSTA, 2010).

A partir do reconhecimento da diversidade e da necessidade de se estabelecer um diálogo intercultural, em 2008 entra em vigor a Lei 11.645/2008 que é sinônimo de resistência dos movimentos afrodescentes e de indígenas, e surge com intuito de inserir a temática indígena nos currículos escolares, como uma forma de romper conceitos pré-estabelecidos. Assim, numa perspectiva de descolonização, o ensino da história e cultura indígena torna-se obrigatório nos currículos escolares e deve ser aplicado de forma transversal e constante.

Contudo, após mais de dez anos de promulgação da referida lei, a inserção da temática indígena nos currículos escolares, ainda, não foi, efetivamente, concretizada. Ademais, a obrigatoriedade de que a mesma seja inserida de forma transversal e constante, nem sempre é observada, já que, há diagnósticos apontando que a questão indígena somente é discutida durante o mês de abril. Nesse contexto, questiona-se: como inserir a temática indígena, no currículo escolar, a partir das conexões entre os princípios do Buen Vivir?

Dessa forma, partindo-se da hipótese de que, a temática indígena é desenvolvida de forma eventual, sendo enfatizada, durante as comemorações do dia índio. E, diante da compartimentalização do saber, e da organização curricular baseada em disciplinas estanques,

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

que na maioria das vezes não se conectam com outras, acredita-se que a inserção da temática indígena a partir de concepções ancestrais, possa representar uma forma de superação desta fragmentação.

Assim, acredita-se que, a partir dos princípios norteadores do Buen Vivir, os quais podem ser sintetizados nos seguintes conceitos-chave: ancestralidade, cosmovisão, vida como prioridade, complementariedade, reciprocidade, harmonia, equilíbrio, dualidade, tempo cíclico e concepção biocêntrica, seja possível estabelecer estratégias de compreensão e desenvolvimento da temática indígena no espaço escolar, a partir do viés da transversalidade.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral: Propor a implementação da temática indígena no espaço escolar a partir de princípios que fundamentam a filosofia do Buen Vivir. E como objetivos específicos: Descrever os principais aspectos trazidos pela Lei 11.645/08; Analisar os conceitos chave do Buen Vivir como estratégia para efetivação dos conteúdos previstos na Lei 11.645/08, que se refere ao ensino da temática indígena; Produzir material de apoio para a inserção da temática indígena nos currículos escolares;

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que, é realizado o exame rigoroso da natureza, do alcance e das interpretações possíveis sobre a temática indígena no espaço escolar, bem como, (re) interpretá-la de acordo com a hipótese estabelecida. Quanto ao objetivo geral, a pesquisa é exploratória, uma vez que, estabelece uma melhor compreensão sobre a temática. De acordo com os procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, de modo que, as fontes escritas estão sendo analisadas em acervos digitais, arquivos e bibliotecas. Tal pesquisa está sendo desenvolvida com base na compilação de livros e publicações periódicas, em especial em revistas científicas e materiais disponíveis em meios eletrônicos e digitais em bases de dados do Brasil.

A pesquisa bibliográfica em livros está sendo realizada em bibliotecas públicas e os artigos científicos estão sendo buscados nas principais bases de dados: Portal de Periódicos da Capes e Scielo. As teses e dissertações buscadas a partir do recurso de pesquisa: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Além disso, estão sendo utilizados os recursos metodológicos da observação participante e da pesquisa-ação. Desse modo, a pesquisa está sendo desenvolvida em uma escola pública da cidade de Santiago/RS. No que tange à observação participante, a pesquisadora integra-se ao grupo para obter as informações, as quais serão registradas em diário de campo. Em relação à pesquisa ação na escola, pretende-se que os professores participantes possam refletir, a fim de, transformar práticas educativas (FRANCO;PIMENTA, 2010).

O caminho percorrido até a escolha da escola para o desenvolvimento da pesquisa foi trilhado, inicialmente, a partir das publicações das escolas em redes sociais. Atualmente, tornou-se prática, constante das escolas, a publicação de atividades já desenvolvidas e previstas. Dessa forma, verificou-se que as escolas do município (Municipais e Estaduais) haviam sido convidadas a participar da 17ª Semana Nacional de Museus: o futuro das tradições. A partir da relação das escolas convidadas, constatou-se que apenas 04 (quatro) se propuseram a participar de forma efetiva e profícua. Para escolher uma entre as quatro escolas, utilizou-se o critérios de inclusão: escola de tempo integral e atividades sobre diversidade e inclusão (já desenvolvidas e previstas).

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

A análise dos dados será realizada por meio de análise de conteúdo, na qual será observado o conjunto de técnicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2006).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, cumpre destacar que a pesquisa está em andamento, portanto, em fase de pré-análise e exploração de material coletado. Dessa forma, é possível trazer resultados parciais, que enfocam, em primeiro plano, o levantamento bibliográfico sobre a temática. A pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações resultou em 20 (vinte) dissertações e 08 (oito) teses versando sobre a temática indígena no contexto escolar (formação de professores, práticas educativas e interpretação sobre livros didáticos).

Dessa forma, constata-se que a Lei 11645/2008 entra em vigor na perspectiva de reconhecimento da diferença, objetivando romper estereótipos e tornar o ensino da temática indígena obrigatório, prevendo que o mesmo seja aplicado de forma transversal e constante (FANELLI, 2018). Cumpre destacar que, abordagem da questão indígena nos currículos escolares já vinha sendo discutida por pesquisadores, dentre os quais se destaca Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni, os quais desde o final da década de 90, já apontavam diretrizes para a inserção da temática indígena no espaço escolar, a partir de propostas que visavam romper conceitos pré-estabelecidos por meio da análise de mitos e da cultura material indígena (ORELLANA, 2019).

Zamboni e Bergamaschi (2009) ao analisarem os livros didáticos adotados na primeira metade do século XX percebem que as concepções predominantes nesses manuais (utilizados amplamente nas escolas brasileiras), estavam impregnadas por concepções da literatura romântica do século XIX, a qual apresenta um indígena idealizado, representado a um só tempo como herói e vítima. Além disso, predominavam nesses materiais didáticos, narrativas abordando os povos indígenas como representantes do passado, sendo visíveis como primeiros habitantes do Brasil, e invisíveis no decorrer do tempo. Assim, enfatiza-se que estas concepções foram responsáveis pela formação de muitas gerações escolares.

A invisibilidade histórica foi superada no plano jurídico, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei 11645/2008. Contudo, persiste a necessidade de que as diretrizes presentes na referida lei sejam efetivadas, a fim de se superar esta invisibilidade em diversos espaços. Nesse sentido, Bergamaschi e Gomes (2012) buscaram conhecer como está sendo trabalhada a temática indígena nos dias atuais, a partir de uma pesquisa desenvolvida em duas escolas públicas de ensino fundamental das redes estadual e municipal de Porto Alegre, RS. A partir da pesquisa as autoras identificaram que: “Nos desenhos das crianças os indígenas aparecem frequentemente nus [...] nenhuma das representações os alunos mostram ter visto imagens nos livros que remetem aos povos indígenas na situação social contemporânea” (BERGAMASCHI; GOMES, 2012, p. 56).

Desse modo, os resultados sobre a temática na produção bibliográfica e acadêmica assinalam que os livros didáticos reforçam preconceitos em relação aos coletivos indígenas. Por outro lado, a ampliação do número de teses e dissertações aponta que o interesse em pesquisar e discutir a temática indígena ampliou-se a partir da entrada em vigor da legislação 11.645/08. Além disso, está em crescimento o número de produção escrita e defendida por indígenas, os quais tornaram-se protagonistas de sua própria história (ORELLANA, 2019). Contudo, se percebe que, apesar dos significativos avanços (em relação ao reconhecimento e respeito à diversidade) que surgem após

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

consolidação do indígena como sujeito de direitos (ou seja, pós promulgação da Carta Magna), “há uma dificuldade notável em entender as transformações ocorridas nas sociedades indígenas” (WITTMANN, 2015, p.15), e, é nessa perspectiva que os princípios do Buen Vivir podem ser utilizados como estratégia para efetivação dos conteúdos previstos na Lei 11.645/08, no que se refere ao ensino da temática indígena.

O Buen vivir - que ganha destaque a partir do Novo Constitucionalismo da América Latina - apresenta a oportunidade de construir outro modelo de vida, baseado nos saberes tradicionais dos povos indígenas, os quais orientam uma visão mais holística, que contemple a promoção da pessoa humana, de modo a satisfazer suas necessidades e a preservação do meio ambiente.

As reflexões contemporâneas propostas pelo constitucionalismo latino-americano, além de indicarem alternativas ao desenvolvimento econômico, representam o reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos indígenas. Seguindo esta perspectiva, a partir das reformas da Constituição do Equador e da Bolívia, são incorporados os princípios do Buen Vivir; que propõem a prevalência da cultura da vida e a relação de interdependência entre os seres vivos pautada em valores fraternais e igualitários.

Abreu (2013), considera que o neocostitucionalismo surge a partir de três ciclos. O primeiro, considerado como social e descentralizador, está associado às Constituições Brasileira e Colombiana. Já o segundo ciclo, se destaca por ser participativo e pluralista é relacionado à Constituição Venezuelana. E o terceiro, considerado como constitucionalismo plurinacional e comunitário é representado pelas Constituições do Equador e da Bolívia.

O terceiro ciclo do constitucionalismo contemporâneo da América Latina introduz, efetivamente, o direito ao Sumak Kawsay (Equador) ou Suma Qamaña (Bolívia), que representa um modelo de vida, oriundo das tradições indígenas, que as ultrapassa, tendo validade para todo o planeta, ou seja: “significa finalmente la felicidad para los indios y todos los otros grupos humanos” (HOUTART, 2011, p. 3) pressupondo um ambiente de reciprocidade, responsabilidade social, convivência e harmonia com a natureza.

Nesse contexto, o buen vivir, sumak kawsay, suma qamaña, conforme disposto, representam a filosofia de vida das sociedades indígenas ancestrais que havia perdido espaço pelos efeitos das práticas colonialistas e do consumismo moderno. Haja vista, que a colonização destruiu as bases dessas sociedades e refutou suas culturas e visões de mundo, a partir da incorporação de argumentos e símbolos religiosos. Por essas razões, essa nova concepção de vida aponta alternativas que visam superar o desenvolvimento econômico atual, a partir da compreensão de que a natureza é um todo inter-relacionado. (HOUTART, 2011).

Ao analisarem o que já foi publicado sobre o Buen Vivir, Alcântara e Sampaio (2017), destacam que: “a concepção do Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza” (ALCÂNTARA;SAMPAIO, 2017, p. 248). Representando, portanto, um movimento de abertura de possibilidades para implementação de modelos comunitários e cooperativos, que além de reconhecer a diversidade dos povos, harmonize as necessidades humanas de forma equilibrada em relação à todas os sistemas de vida.

Ressalta-se, que os princípios que norteiam o buen vivir, representam a conjugação dos pressupostos presentes no novo constitucionalismo, que reafirmam o conceito de vida plena

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

almejado pelos povos de Abya Yala há milhares de anos. Assim, sintetiza-se esta base, em 25 princípios: 1. Priorizar a vida; 2. Acordos em consenso; 3. Respeitar as diferenças; 4. Viver em complementariedade; 5. Equilíbrio com a natureza; 6. Defender a identidade; 7. Acertar as diferenças; 8. Priorizar direitos cósmicos; 9. Saber comer; 10. Saber beber; 11. Saber dançar; 12. Saber trabalhar; 13. Retomar Abya Yala; 14. Reincorporar a agricultura; 15. Saber comunicar-se; 16. Controle Social; 17. Trabalhar em reciprocidade; 18. Não roubar nem mentir; 19. Proteger as sementes; 20. Respeitar as mulheres; 21. Viver bem e não melhor; 22. Recuperar recursos; 23. Exercer a soberania; 24. Aproveitar a água; 25. Escutar os mais velhos (CHOQUEHUANCA, 2010).

Assim, a partir dos princípios dispostos, enumeram-se seguintes conceitos-chaves, que se entende sejam fundamentais para a compreensão desta teoria, uma vez que, tornam-se basilares para a efetividade desta filosofia de vida e que irão conformar as bases de sustentação para a interconexão de tais princípios e saberes indígenas. Portanto, os conceitos-chave são: ancestralidade (saberes tradicionais, identidade), cosmovisão (cosmologias, todas as formas de vida), vida como prioridade (concepção da Terra como mãe, recuperação de recursos naturais), complementariedade (interdependência), reciprocidade (obrigação ética de dar e retribuir), harmonia (ciclos da Terra, cosmos e vida), equilíbrio (entre humanos, natureza e todas as formas de vida), dualidade (opostos que se complementam), tempo cíclico (em contraposição ao tempo linear) e concepção biocêntrica (natureza no centro das preocupações) (PRESTES, 2018).

A partir destes conceitos ampliam-se as possibilidades de discussão/compreensão da temática indígena no espaço escolar. A pesquisa bibliográfica e documental aponta que a questão indígena é pouco trabalhada em sala de aula, ficando restrita ao mês de abril, nas comemorações ao dia do índio. Ao articular a temática indígena com os princípios do Buen Vivir é ampliada a possibilidade de um ensino interdependente e intercomplementar. Nesse sentido, enfatiza-se que a “construção da experiência (o novo nome da formação) sob o primado das práticas circunstanciadas não pode ser apenas um processo de desconstrução de saberes e habilidade implícitas, mas deve colocar-se na mediação da tematização [...]” (MARQUES, 2001, p. 36). Assim, é imprescindível uma atividade reflexiva em relação ao saber, que proporcione questionamentos, inquietações e direcionem para novos horizontes.

Nesse sentido, como parte de um processo interativo, focado na formação contínua e dialógica, deu-se início a pesquisa empírica. Conforme destacado anteriormente, a seleção da escola deu-se a partir do interesse, das escolas locais, em participar da 17ª Semana Nacional de Museus (realizada de 13 a 18 de maio), que neste ano abordou o tema “O futuro das tradições”. Em Santiago/RS, o Museu Municipal Pedro Palmeiro, propôs uma programação voltada para a questão indígena e afrodescendente. Para a seleção da escola foram utilizados os critérios de inclusão: escola de tempo integral e atividades sobre diversidade e inclusão, já que, compreende-se que “as mudanças na prática pedagógica não ocorrem por imposição ou apenas porque se deseja”(SCHNETZLER, 2000, p.15).

A primeira interação no espaço escolar deu-se a partir do contato com a coordenadora pedagógica, oportunamente, foi apresentado o projeto e os objetivos desta pesquisa. Ciente de que, na maioria dos sistemas de ensino predomina a desconsideração da constituição de um currículo que interconecte construção social e histórica (LOPES, 2007), a proposta foi apresentada

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

no mês de abril, já que, a restrição do ensino da temática indígena, somente, neste mês é um dos obstáculos que a pesquisa pretende transpor.

Os encontros com os professores foram denominados de “Roda de conversa”, oportunizando o diálogo, já que, este “[...] tem significações precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro” (FREIRE, 2005, p.118). E é nessa perspectiva que se pretende que a temática indígena seja compreendida, ou seja, por meio da articulação de novos saberes com a prática cotidiana escolar.

Na primeira roda de conversa, após a apresentação do projeto, foi sugerida a realização de uma oficina: “Conhecendo os povos indígenas”, a ser ministrada aos alunos, numa perspectiva de introdução da temática. Apesar de a proposta ter um cunho tradicional (principalmente, por ser realizada no mês de abril), viu-se como oportunidade de realizar a observação participante, e de desconstruir a imagem do indígena introduzida pelos livros didáticos. Dessa forma, foram realizadas quatro oficinas, duas para os anos iniciais (uma para o 1º, 2º e 3º e outra para 4º e 5º) e duas para os anos finais (uma para o 6º e 7º e outra para o 8º e 9º). A temática desenvolvida foi adequada de acordo com cada faixa etária. Utilizou-se como suporte o material produzido pelo COMIN (Conselho de Missões Indígenas) em 2019.

A segunda roda de conversa foi realizada a pedido do corpo docente, pois, conforme delineado anteriormente, a escola havia se comprometido em participar da programação da 17ª Semana Nacional de Museus. Nessa oportunidade, dialogou-se como integrar diferentes áreas dos saber, a fim de romper com a compartimentação dos saberes que impede a percepção do global (MORIN, 2000). A seguir, e por critério do corpo docente foram definidas as atividades que seriam desenvolvidas em sala de aula, para, posteriormente, serem expostas no hall de entrada do evento. As atividades foram planejadas levando em consideração princípios da ancestralidade e da concepção biocêntrica, dando-se prioridade pela articulação destes princípios ao modo de vida dos indígenas do Rio Grande do Sul: Kaingang e Guarani. Cada turma pesquisou e elaborou algo (cartazes, arte em cerâmica, alimentos, etc.) para exposição: Releitura da arte e cultura indígena, que ficou aberta ao público durante a 17ª Semana Nacional de Museus, recebendo a visita de outras escolas e comunidade em geral.

Tendo em vista de que, a participação na 17ª Semana Nacional de Museus mostrou-se exitosa, a equipe escolar organizou uma nova roda de conversa, com a finalidade de elaborar um projeto a ser desenvolvido na escola e concorrer para exposição na Expointer/2019. O interesse pela elaboração do projeto vem ao encontro dos pressupostos da pesquisa ação, uma vez que, foram identificadas potencialidades da escola e mecanismos para a implementação da temática indígena e o professor como protagonista (FRANCO, 2016). Por meio da problematização e dialogicidade, definiram-se as seguintes metas: Elaborar planos de aula interdisciplinares, com atividades em espaços não-formais de educação e atividades desenvolvidas em parceria com a família; Dividir temas de pesquisa para cada ano do ensino fundamental (brincadeiras, culinária, grafismo, vocabulário, vestuário, lendas e mitos, plantas medicinais, artesanatos). Realizar atividades de cunho ambiental, na área externa da escola (espaço arborizado). Elaborar materiais com resultado das pesquisas: mapas, cartazes, panfletos, e trabalhos artísticos; Apresentar os resultados entre turmas, a partir de metodologias ativas as quais permitem que o aluno seja protagonista no espaço escolar; Elaborar e apresentar uma Mostra Cultural sobre os grupos étnicos Guarani e Kaingang.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Dessa forma, percebe-se que criou-se um universo cultural comum, “na perspectiva de construção coletiva, de buscar participação, permitindo a contribuição de todos” (FRANCO, 2016, p. 516), ao mesmo tempo percebe-se a tentativa de “restituir à infância o senso da pesquisa” (MARQUES, 2001, p.32).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, é perceptível que há um descompasso entre a legislação vigente e as práticas escolares desenvolvidas, sobretudo aquelas que usam o livro didático como recurso pedagógico. Há estereótipos que precisam ser rompidos, a fim de que, as propostas introduzidas pela legislação possam ser efetivadas. Nesse contexto, é preciso romper as raízes históricas que fixaram o indígena no passado, propondo-se que sejam estabelecidas conexões entre diversas áreas do saber.

Para apoiar a resistência contra a colonialidade, surge o novo constitucionalismo da América Latina que tem seu primeiro ciclo inaugurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Ou seja, propõe uma ruptura do sistema de poder colonial, ganhando ainda mais força com as novas Constituições do Equador e da Bolívia; elas positivam o Buen Vivir como forma de reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos indígenas.

Constata-se que, grande parte dos coletivos indígenas orienta seu modo de ser a partir dos saberes por seus ancestrais. Indiscutivelmente, a natureza é um elemento fundamental para a afirmação cultural destes grupos, pois é em meio a ela que seus rituais sagrados são colocados em prática. O respeito pela cosmovisão indígena e seu devido reconhecimento pela sociedade não-indígena representa a descolonização destes coletivos, que sofreram durante anos a perversidade da imposição de uma cultura distinta daquela que seus antepassados lhes deixaram de herança.

Dessa forma, o ensino da temática indígena a partir de articulações com o Buen Vivir é alternativa para integrar diferentes áreas do conhecimento, já que, a “[...] aprendizagem não se faz de conhecimentos fragmentados porque a vida humana em sociedade se realiza, e por isso se deve entender em sua complexidade [...]” (MARQUES, 2001, p.30). Assim, a presente pesquisa tem se mostrado efetiva, no sentido de, propor reflexões e articular saberes científicos com saberes da prática cotidiana em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Célia Barbosa. Testamento vital: entre o neoconstitucionalismo e o Constitucionalismo Andino. Revista Jurídica Cesumar, vol. 13, n. 1, p. 75-95, jan/jun, 2013.
- ACOSTA, Alberto. El buen vivir en el camino del post-desarrollo. Una lectura desde la Constitución de Montecristi. Policy Paper. Fundación Friedrich Ebert. Ecuador, 2010.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? Desenvolvimento e Meio Ambiente, v.40, p. 231-251, 2017.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 53-69, 2012.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

BOLIVIA. Constitución de la República de Bolivia 2009. Texto digital. Disponível em: Acesso em 13 de ago. de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: . Acesso em: 01 mar. 2017.

CHOQUEHUANCA, David. Hemos decidido volver a nuestro camino, recuperar nuestros valores y nuestros códigos. In: Ministério de Relaciones Exteriores, Vivir Bien. La Paz: Ministério de Relaciones Exteriores, 2010. p. 49-62.

ECUADOR. Constitución de la República del Ecuador. 2008. Texto Digital. Disponível em: Acesso em 13 de julho de 2018.

FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. A lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança curricular. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa ação-pedagógica: Práticas de empoderamento e participação. Educação temática digital.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Pesquisa em Educação: possibilidades investigativo-formativas da pesquisa-ação. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOUTART, François. El concepto de sumak kawsai (buen vivir) y su correspondência com el bien común de la humanidad. América Latina em Movimiento: Quito, 2011. Disponível em: Acesso em 25 de junho de 2018.

LOPES, Alice Cassimiro. Currículo e epistemologia. Ijuí: Unijuí, 2007.

Mamani, Fernando Huanacuni. "Buen Vivir/Vivir Bien. Filosofia, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas". Coordinadora Andina de Organizaciones Indigenas - CAOÍ, Lima: CAOÍ. 2010.

MARQUES, Mario Osório Marques. Educação nas Ciências: os Novos desafios. Educação nas Ciências, v.1, n.1, jan/jun, 2001, p 21-43.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita. Rio de Janeiro: BCD União Editoras AS, 2000.

NIEL, Maïté. El concepto del Buen Vivir. 2011. 44f. Monografia (Especialização) Curso de Pós-graduação em Pueblos Indígenas, Derechos Humanos y Cooperación Internacional. Universidad Carlos III de Madrid, 2011.

ORELLANA, Aly David Arturo Yamall. A produção acadêmica em Educação Escolar Indígena no Brasil: autorias, tendências e perspectivas -1980 a 2017. 150 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

PRESTES, Fabiane da Silva. O bem viver Kaingang: as conexões entre os princípios da teoria do Buen vivir e os saberes tradicionais que orientam o seu modo de ser. 2018. 279 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2018.

SCHNETZLER, Roseli P. Apresentação. In: MALDANER, Otavio Aloisio. A formação inicial e continuada dos professores de química. Ijuí: Unijuí, 2000.

Bioeconomia:
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SALÃO DO UNIJUI 2019
CONHECIMENTO



21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica
XXIV Jornada de Pesquisa
XX Jornada de Extensão
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

WITTMANN, Luisa Trombini. (org). Ensino (D)e história indígena. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas e Ensino de História: memória, movimento e educação. 17. COLE, 2009. Disponível em: http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_3908.pdf. Acesso em 16 maio de 2019.